

Jornal Pessoal

L Ú C I O F L Á V I O P I N T O

ANO XII • Nº 215 • 2ª QUINZENA DE JULHO DE 1999 • R\$ 2,00

Docas:
obra de 16
milhões
..... (PÁG. 5)
Paraense:
mau pagador?
(PÁG. 4)

BELEM

A lei da selva

A orla fluvial da capital paraense exemplifica uma das causas do atraso do Estado. Cada um dos grupos políticos que disputam o controle do poder só pensa nos seus próprios interesses. Por isso, não há relação entre as obras do governo do Estado e as da prefeitura. Ao executá-las, os chefes pensam na hora de inaugurá-las para faturar prestígio. Não pensam no melhor uso que delas poderia ser obtido em benefício do cidadão.



Uma das causas do atraso crescente do Pará no conjunto federativo brasileiro é política: a incapacidade dos líderes políticos de ir além de seus esquemas pessoais de poder; para se firmar, é indispensável para eles excluir os adversários. Não tendo programa formulado ou a defender,

não conseguem estabelecer pontos convergentes para uma ação em comum. O antagonismo se reduz a uma luta pelo poder. É cada um por si e um contra o outro. Quem for podre que se quebre.

Um exemplo flagrante desse feroz darwinismo político está à mostra na orla de Belém. Prefeitura e governo do Estado estão executando seus próprios projetos,

ignorando os do vizinho. Não só inexistente integração entre eles como são antagônicos. E a realidade das obras não corresponde ao enunciado dos projetos por causa do desvio propagandístico.

Bem ao lado da Estação das Docas, a pirâmide erigida por Paulo Chaves Fernandes para imortalizar o governador-farol Almir Gabriel, do PSDB neo-monár-

O "CONVÊNIO" DO JATINHO (Pág. 3)

►quico, o prefeito Edmilson Rodrigues construiu a nova Praça do Pescador, consumando-a antes mesmo de saber qual o projeto vencedor (num concurso promovido pela própria PMB) para tentar revitalizar o Ver-o-Peso.

A praça integra as linhas arquitetônicas e administrativas do pobre populismo adaptado pelo alcaide belenense de alguma matriz neo-albanesa. Estabelece um contraste brutal com a elitista Estação das Docas, ao lado, concebida pelo mais bem-sucedido arquiteto de interiores da cidade, uma espécie de eminência parda com pretensão a Antônio Lemos sem dispor de uma atividade tão geradora de dinheiro como a borracha na época do monopólio amazônico de produção.

A autoridade competente para obras em Belém é o prefeito. Claro que não lhe pertence o monopólio de agir. O governo pode e deve localizar seus projetos na capital do Estado. Mas se possível, no que couber, em harmonia com o administrador do burgo, visando o bem comum e os altos interesses coletivos. De preferência, seguindo um planejamento que vá além do umbigo e da ponta do nariz.

Há muito tempo essa harmonia foi expurgada do território belenense, como a maltratada orla fluvial evidencia. A cidade foi sendo sufocada pela anárquica evolução da construção civil. Quando os danos foram percebidos já era tarde: Belém perdera sua ligação com a água, sendo a água o elemento que melhor a define (tanto geograficamente quanto até mesmo folcloricamente, como diz a lenda sobre os encontros antes e depois das chuvas). Construiu-se então a utopia das “janelas para o rio”.

Nunca, como agora, o poder público investiu tanto no litoral da cidade. A prefeitura, além de reconstruir a Praça do Pescador e fazer o concurso para a revitalização do Ver-o-Peso, montou nas pranchetas o projeto “Ver-o-Rio”. Fora da moldura publicitária, esse projeto se resume a uma praça mambembe impressada entre a Ocrim e a Souzamar. O povo, à míngua de lazer, pode achar ótima a invenção e usufruir dela pelo tempo em que a segurança permanente e reforçada no local (um típico ambiente portuário, com todas as suas consequências) o permitir. Mas é uma enganação confeitada.

Se a prefeitura não investir contra a ocupação ilegal na área, aquela pracinha vai coonestar o espaço ao redor, complementando até mesmo a segurança para empresas desoneradas de gastos maiores. Além disso, será triste verificar a estratificação humana nos cenários estadual e municipal, especialmente se o governo tiver que se ressarcir dos pesados inves-

timentos feitos na Estação das Docas (veja matéria nesta edição). Mas não importa: as autoridades raciocinam com cinismo, usando o velho bordão: só tem tu, vai tu mesmo. Ou: em terra de cego quem tem um olho é rei.

Mas não é só um tratamento leviano dado ao lazer público: é uma má concepção sobre ordenação do uso de espaço. A Companhia Docas do Pará cedeu os três galpões principais da doca sob o compromisso de o Estado também instalar ali, além de um centro turístico alimentado pela esperança de atrair visitantes de outros Estados ou países, um terminal fluvial.

Ao invés de cumprir esse compromisso, o governo engendrou um terminal malmente adaptado em ponto inconveniente da bacia portuária, enquanto parece cobiçar um quarto e estratégico galpão para um terminal marítimo, destinado aos sonhados turistas de maior poder aquisitivo, atraídos pelas “janelas para o rio” como um Galahad sem santo graal. Enquanto esses quiméricos e singulares visitantes não chegarem, a massa dos que usam barcos na navegação interior (com 35 mil embarcações registradas na Capitania dos Portos) vai ter que se expor a riscos para chegar (por terra) e sair (por água) ao ponto de embarque.

Já há bastante desencontros e equívocos nesse trecho do litoral belenense, mas não está aí a principal distorção. Ela resulta da falta de uma visão geral sobre o limite fluvial da cidade. Essas “janelas” não passam de respiradouros medíocres quando vistas no conjunto de toda a área litorânea (mesmo com o acréscimo da área da Cidade Velha que for recuperada com a saída do Exército do Largo da Sé). Sem revolucionar a Estrada Nova e investir contra o apossamento de vários trechos, a ação do poder público não passará de maquilagem.

Os imobilistas ou os estetas do vazio dirão que isso é impossível ou pelo menos inviável para as possibilidades da administração pública. A intervenção nessa área, porém, tem como ponto de partida uma constatação, fácil de conseguir numa simples passagem pelo local: a extrema dificuldade enfrentada pelos principais usuários da orla da Estrada Nova. Entrada e saída de veículos nas estâncias ou portos ali instalados costuma ser uma operação de guerra em certos períodos do dia. À falta de alternativa, carroças puxadas por seres humanos são utilizadas em instância final. Na situação atual, todos perdem, inclusive os que estão dispostos a praticar qualquer tipo de transgressão para não perder.

A saída é remover todos esses estabelecimentos comerciais da Estrada Nova. Não *manu militari*, coercitivamente. Mas oferecendo-lhes irrecusáveis vantagens. Quem, tendo um negócio de algum porte e de determinadas características (como estaleiros ou estâncias), não trocaria seu ponto comercial na Estrada Nova por um terreno beneficiado, com toda a infra-estrutura de apoio, inclusive terminais de carga, em distrito industrial.

Esse local existe, do outro lado do rio Guamá, em Barcarena. Por enquanto, está sendo usado apenas pelo pólo de alumina/alumínio e caulim. Mas pode abrigar micros, pequenas e médias empresas. Esse projeto, entretanto, só tem exequibilidade com prefeituras (a de Barcarena, além da de Belém) e governo unidos. O governo providenciaria a infra-estrutura (água, luz, telefone, estrada) no novo local, enquanto a prefeitura reurbanizaria a Estrada Nova, aí, sim, restabelecendo o contato orgânico do sítio urbano com sua condição fluvial.

Seria um grande programa. Não envolveria tantos recursos como aparenta. O governo do Estado recorrerá às empresas do complexo industrial minero-metalúrgico, motivadas a se beneficiar do adensamento econômico da área. A infra-estrutura sairia mais fácil e barata. E certamente grupos econômicos poderiam ser atraídos para criar uma boa e expedita estrutura de transporte entre o estuário do rio Pará e a baía do Guajará, com mais balsas e introduzindo os *hovercrafts* para os passageiros (usando para isso a linha de crédito amazônica do BNDES, com um saldo enorme ainda hoje).

Talvez nem fosse necessário executar o projeto da “alça viária”, que estabelece um percurso muito mais extenso até o estuário dominado pelos grandes portos industriais. E abolir a temerária iniciativa de prolongar a avenida 1º de Dezembro pela área dos mananciais de água de Belém e da gleba Conceição do Aurá, valiosíssimas reservas de qualidade ambiental para uma cidade que se torna um inferno para viver a cada dia que passa de incúria na sua ocupação. Mesmo o “muro de Berlim” programado para o Utinga é garantia quimérica de proteção à integridade da área.

O que aqui se expõe pode parecer delírio, mas talvez seu único mérito indiscutível seja o de delirar em escala metropolitana, vendo o interesse coletivo, tirando o máximo de vantagem de obras públicas, ao invés de deixar-se conduzir por mandarins que só pensam nos limites do seu espaço vital, delimitado por um espelho. E o que o espelho reflete não é bom.

Setran repete “convênio” Funtelpa para ter jatinho

Em abril (Diário Oficial do dia 26, página 8 do 1º caderno), a Secretaria de Transporte resolveu aditar um **convênio**, assinado no ano anterior com a Táxi Aéreo Weston, para o fretamento de um jatinho executivo Learjet 55 ou similar, “para servir o Governo do Estado do Pará”. O **convênio** foi prorrogado por 120 dias, passando a vigorar até setembro. A justificativa, segundo o secretário: “É decorrente da solicitação formulada pelo DTA em decorrência da exposição contida no memorando nº 015/99-DTA”.

Nada é dito sobre o conteúdo de tal memorando. Seria obrigação do responsável pelo termo aditivo explicitar a justificativa, ao invés de fazer a remissão que nada diz. E estabelecer o valor do **convênio** original. Prorrogando o prazo sem, simultaneamente, definir o valor do aditamento, fica implí-

cito (mas não é nada plausível) que o valor original apenas será espichado. Mas como o documento nada diz sobre valor, a sucessão de omissões parece conter a intenção de sonegar informações ao público.

Mas não é só, muito pelo contrário. O objetivo desse “convênio A. Jur nº 76/98” é a “contratação” de uma empresa particular para a realização de um serviço oneroso. Por que, então, um convênio e não um contrato?

O leitor mais atilado deve ter pensado imediatamente no “convênio” da Funtelpa, através do qual a empresa estadual de telecomunicações se comprometeu a pagar 200 mil reais por mês, ao longo de cinco anos, para a TV Liberal (que não é uma instituição de caridade, evidentemente) usar sua base em terra para a transmissão de sinais de satélite de uma emis-

sora comercial. À parte a imoralidade da relação, denunciada seguidas vezes neste jornal (mas ignorada pelas autoridades ditas responsáveis), há uma evidente impropriedade legal. A relação exige a assinatura de um contrato, como bem definiu o Tribunal de Contas do Estado. A Setran está repetindo o erro da Funtelpa? Os objetivos são os mesmos?

E para que o governo precisa do fretamento de um jatinho, feito por uma secretaria para servir ao governador, usando biombos e cortinas legais?

Em matéria de moralidade pública o Pará continua o mesmo?

Quem souber das respostas, que as apresente. Ou faça outras indagações, ao menos para ficarem inscritas na pedra que imprimirá a história sobre a tumba de muita fama mal estabelecida. ●

Saída silenciosa

Trinta anos atrás, Adélia Engrácia de Oliveira fez sua opção preferencial pela Amazônia. Graças à sua aplicação, disciplina, competência e sensibilidade, produziu alguns dos melhores trabalhos em antropologia que surgiram no âmbito do Museu Paraense Emílio Goeldi nesse período. Formou, com Eduardo Galvão e Expedito Arnaud, o grande trio na geração de conhecimentos sobre a história dos povos mais antigos da Amazônia, os índios, numa época em que raras mulheres se atreveriam a enfrentar os rigores da *jungle* para fazer um verdadeiro trabalho de etnologia. Mas não se limitou às fronteiras do academicismo: lutou o quanto pôde, numa época de governo autoritário, pelas liberdades e direitos das minorias, inclusive das populações marginalizadas na selva, ou esmagadas pelo determinismo do “desenvolvimento” a qualquer preço daquela era de rodoviarismo doídivanas.

Aposentada, Adélia Oliveira deixou no mês passado o

“Goeldi” e voltou à sua cidade de origem, Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, encerrando um ciclo de história muito fértil, mas, infelizmente, pouco conhecido na região à qual ela dedicou sua inteligência e seu vigor. Não posso dizer que encerrou com chave de ouro, como se costuma dizer retoricamente nessas ocasiões, uma carreira tão densa. Como diretora do museu, Adélia enfrentou uma conjuntura exageradamente desfavorável, mas ela própria já parecia destituída (“despossuída”, talvez fosse a expressão inconveni-

entamente certa) da força original para afastar ondas de ceticismo e impotência. Ter deixado o cargo sem poder entregá-lo ao substituto, evidencia o que os pais teóricos da linha de pesquisa de Adélia diagnosticariam: a anomia da instituição.

Mas Adélia merecia sair com palmas muito mais intensas pelo que esses 30 anos de trabalho acrescentaram à ciência do homem na Amazônia. Vai com a inaudível palma do redator deste jornalzinho, grato por haver conhecido uma mulher como ela, além de com ela haver aprendido. ●

Praxe

Só haverá respeito e verdadeira independência entre os poderes executivo e legislativo quando o primeiro não deixar para o recesso a apreciação, em regime de urgência, de matérias que exigirem o tempo e a acuidade do rito ordinário para serem bem aprovadas, e o segundo trabalhar com afinco no período regulamentar para afastar de si a tentação dos 30 dinheiros que sempre o executivo lhe apresenta, junto com uma escondida ratoeira.

Tal utopia não se consumará no reinado estadual de Gabriel II, nem no domínio municipal de Edmilson, o Longo. Ficará para o novo milênio.

Correção

Haroldo Bezerra acabou entrando como Pilatos do Pilatos no credo de Paulo Chaves Fernandes (**ver Jornal Pessoal 214**). Haroldo saiu da Secretaria de Obras para a de Transportes no segundo mandato de Almir Gabriel. Seu lugar foi ocupado por Inácio Gabriel, deslocado da Cosanpa (onde entrou Ramiro Bentes). O cansaço me fez esquecer o “detalhe”. Mas, cá entre nós, e desculpas à parte, a inoculação das sete secretarias especiais na linha de frente da administração estadual não disseminou o vírus do anonimato, espalhando-se como ameoba sobre um *staff* que se reduziu a mera extensão do chefe do governo? Nessa despersonalização generalizada, que favorece o culto a uma única personalidade, esquecer um ou fazer confusão entre secretários já não se tornou risco previsível (e desejável para quem o engendrou)?

De qualquer forma, o repeto equivocadamente feito a Haroldo Bezerra transfere-se a Inácio Gabriel. Com todo o respeito, é claro. ●

Grito sem eco

O fim

O mais índice de inadimplência de mutuários da Caixa Econômica Federal em todo o país está no Pará: 78% dos que, no Estado, assinaram contrato de financiamento da casa própria com a instituição não estão em dia com o pagamento de suas prestações. Em muitos casos, o atraso é de meses ou anos.

Sinal de que o paraense é mau pagador? Não, segundo pronunciamento feito pelo deputado federal José Priante (PMDB), um pouco antes do recesso parlamentar, no final de junho. A culpa é da própria CEF, acusada pelo deputado de várias irregularidades, suficientemente muito graves para terem merecido a atenção da imprensa (o que não aconteceu).

Depois de ter passado “quatro anos sem financiar um imóvel sequer”, a Caixa, a partir de 1992, “assumiu compromissos acima de suas possibilidades financeiras”. Por isso, não honrou contratos assinados com várias construtoras. Um motivo poderia ser o desvio de recursos do FGTS (o fundo formado pelos recolhimentos dos trabalhadores), destinados à construção de moradia popular, para a própria carteira comercial da CEF.

Além de congelar um setor produtivo altamente gerador de empregos, além de manter quase intocado um “déficit” de 400 mil moradias no Pará e 170 mil unidades só em Belém, a Caixa foi tornando impossível aos seus mutuários suportar os encargos dos empréstimos, ao embutir, “em indecifráveis contratos, engenhosas fórmulas de atualização das prestações”. Os encargos embutidos nesses contratos, segundo Priante, são “ilegais e abusivos”. Um exemplo é a utilização da TR (Taxa Referencial) como indexador dos reajustes, elemento pesadamente onerador, já que a taxa “não retrata a inflação, mas sim a média de taxas de juros praticadas no mercado financeiro”.

Outro encargo indevido é a imposição, ao mutuário, da Sasse Seguradora como responsável pelo seguro obrigatório, embora essa

empresa cobre, em média, 20% do valor de cada prestação a título de taxa de seguro, “bem acima do mercado e absurdamente alta para os padrões financeiros da maioria dos mutuários”. A razão dessa vinculação estaria na participação, de 45%, que a Caixa tem no capital da Sasse.

Ao invés de pelo menos atuar um dos mais graves problemas (tanto em dimensão nacional quanto estadual), a Caixa é apontada pelo deputado como “a responsável direta pelos graves conflitos que estão ocorrendo em 39 conjuntos habitacionais do Pará”, onde centenas de famílias de baixa renda enterraram seus sonhos de ser donas de seus tetos. As angústias particulares caminham para se tornar gravíssimos problemas públicos, já que a Caixa vem autorizando a execução, despejo e reocupação desses imóveis.

Esse rastilho de pólvora social pode ser visto nas páginas inteiras que os jornais costumam publicar com a lista de mutuários submetidos a execução extrajudicial por representantes autorizados da CEF, em regra tendo sobre si o peso de saldos devedores que excedem — de muito — o valor venal dos imóveis que desejaram para si, atraídos pelo canto de sereia da casa própria, apesar do que já amortizaram. Talvez por causa da abundância dessas páginas, a grande imprensa não ecoou as denúncias e cobranças de Priante, ameaçadas de ficar como um grito parado no ar.

Da cidade

Toda a propaganda feita pelo governo para atrair turistas para o Estado foi atingida no figado pelo artigo que Paulo Cal escreveu na edição dominical do *Diário do Pará* do último domingo. Ele descreveu a desventura dele e dos amigos que tentaram vereanear na costa atlântica da ilha do Marajó, na semana passada. Uma combinação de incúria, imprevidência e má-fé dentro do órgão governamental responsável pela travessia deixou o grupo no continente. E, agora, no aguardo de uma resposta convincente da parte de quem supostamente de direito, descrente de que haja substância por trás da moldura publicitária induzindo os paraenses a conduzir o paraíso que é o seu Estado.

Aliás, são preciosos os depoimentos do arquiteto quando ele escreve sobre sua especialidade, Belém. Paulo Cal é uma das pessoas que melhor conhece a capital dos paraenses. Se fosse prefeito, eu o contraria como assessor. Aproveitaria também outro grande especialista na cidade, Fernando Torres, usando-o como contato com as comunidades, uma espécie de ouvidor popular.

Para isso, porém, é preciso que o prefeito, além de falar, saiba ouvir e ver. Ouvir e ver, por sinal, constituem condição para falar melhor e, justamente por isso, menos. O que, definitivamente, não é o caso atual.

A Mesbla, que montou a primeira loja de departamentos de Belém, 30 anos atrás, fechou as portas da sua primeira e única loja na maior cidade da Amazônia. Encerrou também um capítulo da história dos cidadãos que já estavam na fase consciente da vida nesse período. Para alguns, essa relação começou ainda antes. Para os que moraram no Rio de Janeiro, entre o fim da capital da República ali estabelecida e o novo Estado da Guanabara impropriamente adaptado, a Mesbla era mais do que uma loja.

Do lado de fora, havia aquele simpático e enorme relógio, de inevitável referência mesmo no compasso carioca. Do lado de dentro, o teatro elegante e as refeições equilibradas. A Mesbla de então era um modo de ser, um padrão cultural.

Estive dias atrás na loja belenense apenas para imprimir a melancolia do fim: os soçobrantos funcionários agrupados pelos cantos e um mostruário com itens envelhecidos, sobras de uma queimação que nem se tornou intensa para assinalar mais incisivamente o fim. A Mesbla morreu de inanição, produto híbrido de uma conurbação que acabou arrastando produto de natureza diversa, o velho Mappin dos ingleses, popularizado sem estilo no coração de São Paulo.

Foi triste testemunhar um fim sem *glamour* de algo que marcou tão delicadamente a nossa formação.

A Mesbla exerceu seu fascínio numa época em que a classe média tinha *status* sem ter, necessariamente, dinheiro. Perdeu as duas coisas, o que se poderá atestar, mais uma vez, quando a Mesbla não for mais do que lembrança, sem marcos materiais capazes de representar, no lugar, o bom gosto da mais *chic* das lojas que esteve ao alcance dos nossos bolsos. Uma era de capitalismo personalizado, do qual Panair, Mesbla e outras marcas eram marcos — e, agora, se tornaram lápides. ●

A corte tucana: ação entre amigos

Como parece ser norma na administração Almir Gabriel, nenhum esclarecimento oficial foi prestado sobre a situação da Estação das Docas, a obra suntuária comandada, de fato, no porto de Belém, pelo secretário de cultura, Paulo Chaves Fernandes. Nem mesmo o responsável de direito pelas obras, o secretário Inácio Gabriel Neto, se sensibilizou pelas cobranças que aqui lhe foram respeitavelmente feitas (ver *Jornal Pessoal* 214). A opinião pública, para o governo tucano, é uma entidade passiva. O único papel que lhe cabe, na ótica dos nossos mandarins empoleirados, é receber a propaganda oficial — e acreditar nela.

Fiel a seus idiossincráticos princípios, sua excelência nem deveria dar-se ao trabalho de determinar ao seu auxiliar competente (ao menos no plano formal) para fornecer as informações solicitadas por este jornal. O doutor Almir Gabriel está preocupado demais em acompanhar a evolução do seu aliado compulsório, o grupo Liberal, para dar atenção a um veículo de comunicação tão insignificante quanto este. Ignorando a origem das críticas, entretanto, El-Supremo deveria prestar contas ao contribuinte. Afinal, é quem paga a conta dessa “janela” (talvez venha a ser a mais

cara do mundo) para o rio, envidraçada e refrigerada, como de estilo.

Mas ela já está excessiva. Conforme este jornal denunciou, o custo oficial da Estação das Docas, orçado quando as obras começaram, no final de 1997, em 6,2 milhões de reais, já está em R\$ 9,3 milhões. Para todos os efeitos legais, o valor estacionou aí para não contrariar abertamente a lei 6.383, sobre contratos públicos.

Estourado o orçamento, com excesso de 50% em relação ao que estava aprovado, a Secretaria de Obras abriu nova concorrência para a conclusão do mesmo projeto, cujas propostas serão abertas no próximo dia 8 (se aparecer outra empresa disposta a enfrentar a que já está no canteiro, a Marko Engenharia). Segundo informações extra-oficiais, a previsão de custo para a finalização da obra é de R\$ 7 milhões. Assim, na melhor das hipóteses, o que foi aprovado para custar R\$ 6 milhões, sairá por R\$ 16 milhões, se novos aditamentos não forem adicionados ao segundo contrato.

A Estação das Docas ainda não tinha um ano quando sofreu seu primeiro reajuste, em setembro do ano passado, no valor de R\$ 851 mil. Outro acréscimo ocorreu três meses depois,

de R\$ 660 mil. Uma paulada de R\$ 1,5 milhão foi dada em março deste ano. Tudo isso porque o autor do projeto, o arquiteto Paulo Chaves, vive mexendo nas concepções originais, aduzindo mais luxo e maior inventividade.

Além de acarretar ônus para o erário, cujo cofre tem sido celeremente raspado nos últimos meses, essa volubilidade tem um aspecto legal: o arquiteto venceu um concurso (já em si polêmico) com um determinado projeto, delimitado por proposta e custo. Não respeitando esses parâmetros originais, não estará o genial artista rompendo unilateralmente os termos do concurso público? Ele está autorizado, pelo seu chefe, a abusar da circunstância de ser, ao mesmo tempo, um secretário de Estado e o arquiteto da obra?

A Estação das Docas, depois do Parque da Residência e da Feliz Lusitânia, consagra o governo Almir Gabriel como uma perdulária ação entre amigos. Pena que não estejamos na corte de Versalhes. Não custa, porém, advertir que excesso de brioques em época de fome estimula idéias como a da guilhotina, ainda que não estejamos na França pré-revolucionária do final do século 18 (embora tenhamos chegado ao final do milênio). ●

Contra o quê?

Depois que a onda passou, li *Contra o Brasil*, de Diogo Mainardi (Companhia das Letras, 214 páginas, R\$ 19,50). O autor pode ser apresentado como um dos herdeiros de Paulo Francis, mais para a vertente de ficcionista do que de jornalista. Tem 37 anos. Escreveu o primeiro livro (*Malthus*) 10 anos atrás. *Contra o Brasil* é a quarta obra. Auto-exilou-se na Itália (Ravelli), de onde manda suas resenhas literárias para *Veja*. Parece indicar que uma aproximação a Gore Vidal é mais forte do que a Francis, o que talvez

possa poupá-lo de vir a ser o Ivan Lessa da nova geração.

A saga de Pimenta Bueno, o personagem principal do livro mais recente, tem sido apresentada, inclusive pelo editor, como romance. O mais certo, porém, é batizá-la de novela (ou, melhor ainda, de alegoria). Não se trata de mero detalhe retórico. Diogo Mainardi leu muito, e bem, a literatura dos viajantes estrangeiros, que, vendo o Brasil de outra ótica, permitiram-lhe contrapor ao “gigante adormecido” no eterno país do futuro um Brasil sem perspectiva, auto-

destrutivo, quase natimorto.

Pode-se contra-argumentar que Mainardi esqueceu naturalistas estrangeiros mais bem impressionados com o Brasil, como o magnífico Henry Walter Bates (que todo habitante da Amazônia devia ler, assim como o padre João Daniel do *Tesouro Descoberto do Rio Amazonas*). Mas o escritor não montou apenas uma tese, embrulhando-a com o diáfano (sim, porque, no caso dele, inconsistente) manto da fantasia. Tentou mesmo a obra de arte, a que subsiste. Tentou pelo menos com cri-

atividade e audácia, duas das condições da boa arte.

Se conseguiu, fica um raço de frustração ao fim da leitura, mas inegavelmente ela é fluente e atraente. Não é pouca coisa. Ainda mais porque, fechada a última página do livro, o distinto leitor tem um roteiro a seguir para conhecer, de fato, o seu país. Seguindo as marcas da sua própria sensibilidade e desligando-se, no caminho, de algo que nos tem sido fatal: o preconceito (ou a prevenção). E do cajado ainda rústico do *enragé* Mainardi. ●

CARTA

O economista José Miguel da Silva Batista enviou a seguinte carta:

Li hoje, 01/07/99, cartas-respostas dos srs. Afonso Chermont e Edson Roffé (JP nº 214) à minha carta-protesto pela omissão dos órgãos representativos da classe dos economistas na defesa do IDESP e contra o ato arbitrário do sr. Governador do Estado. Faço meus os seus comentários introdutórios à transcrição das cartas dos citados senhores. Só isso já bastaria como resposta. No entanto, faço alguns comentários adicionais, pois fui ofendido pessoalmente e publicamente em seu prestimoso jornal.

O sr. Afonso Chermont na ocasião do fechamento do IDESP era o seu presidente e, portanto, auxiliar de confiança do autor da sua extinção, o Sr. Governador do Estado. Era razoável que se mantivesse omissos na questão, mesmo sendo economista. Mas a sua resposta mostra sua educação e elegância, que tive a oportunidade de conhecê-los alguns anos atrás como seu aluno de Economia Internacional. Quanto ao sr. Roffé, os anos não o modificaram: continua o mesmo arrogante, carreirista e, quiçá, o mesmo péssimo professor que também tive a oportunidade de conhecer ensinando Economia Brasileira. Há quantos anos, este senhor se pendura no IEPA, no Corecon e no Cofecon, nada fazendo para melhorar a situação do profissional economista, seja empenhado-se em melhorar o nível de ensino das faculdades de economia, seja melhorando a fiscalização do Conselho de Classe, evitando a invasão de outras profissões na seara do economista. Não seria na luta pela sobrevivência do IDESP que este senhor iria mostrar empenho. Sua carta denota apenas ações para pessoalmente se promover (a própria resposta a minha carta já é uma dessas ações, pois ele já previra a sua publicação evidentemente) e não procedimentos articulados, de mobilização de classe, para evitar a extinção de um órgão tão caro a nossa profissão. Levianos e mentirosos são aqueles que se utilizam dos órgãos representativos de classes para promoção pessoal, como trampolim, para se aproximarem do poder, quem sabe com o intuito de dele fazerem parte, em detrimento de toda uma classe profissional. ●

Marca

Por que a prefeitura de Belém iniciou a construção do calçadão em frente ao Teatro da Paz antes de receber a aprovação do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da Secretaria de Cultura do Estado? Porque ali o prefeito Edmilson Rodrigues, gastando pouco, poderá realizar uma obra singela, mas de grande impacto publicitário, como tem sido a maioria das suas realizações. Não importa que as instituições competentes não concordem com as idéias do alcaide, temendo que um calçadão com bancos e floreiras acabe descaracterizando o local. Antes de receber uma resposta, com maior probabilidade de ser um não, adiantou-se tentando criar um fato consumado.

A cidade espera que a ameaça não se consuma.

Interesse público

A Secretaria de Educação de terminou a inexigibilidade de licitação “para serviço de impressão gráfica da obra ‘Estudos e Problemas Amazônicos’”, segundo o Diário Oficial do dia 6. A medida foi adotada pelo subsecretário José Marques, com referendo da sua superiora, Rosineli Guerreiro Salame, “com fundamento no art. 25, caput da lei nº 8.666/93”.

O dispositivo legal referido declara: “É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:”. Seguem-se três incisos e dois parágrafos. Logo, a fundamentação não foi efetuada com rigor formal. O ato deveria explicitar o complemento do caput, ou, não o fazendo, deixar mais claro que o enquadramento abrangia todos os incisos e parágrafos.

Só que tal generalização, à vista a íntegra do artigo 25, não só é impossível, porque não se trata de complementaridade, como incorreta. Na verdade, a fundamentação para a inexigibilidade de concorrência pública não tem amparo nem nesse artigo, nem em toda a lei, a não ser que a Seduc demonstre só haver uma gráfica em Belém capaz de imprimir a tal publicação, o que lhe garantiria a exclusividade do serviço.

Aguarda-se tal esclarecimento.

Seguindo sugestão deste jornal, o Tribunal de Contas do Estado, ainda na administração de Nelson Chaves, adotou um novo modelo para os termos aditivos de contratos da administração pública. Os responsáveis pelos atos foram obrigados a prestar mais informações, favorecendo o trabalho de acompanhamento e fiscalização do cidadão. Ouso sugerir ao novo presidente do TCE, Sebastião Santana, que acrescente mais uma exigência: que os modelos contenham também a data completa de assinatura do contrato original.

Pensei nessa necessidade ao ler, no Diário Oficial de 28 de maio, o quinto termo aditivo ao contrato assinado pela Secretaria de

Obras do Estado para a reforma da Santa Casa de Misericórdia do Pará. O contrato foi assinado em 1998 (data completa não especificada) com a Vinculo Engenharia. Em setembro desse mesmo ano houve um acréscimo de 160 mil reais.

O reajuste está perfeitamente enquadrado na lei 6.383. Mas a administração pública não é regida apenas pelo princípio da legalidade. Ela tem que obedecer também à probidade e à moralidade. Numa administração em que o delfim faz suas obras crescerem tão rapidamente, como aconteceu com o Parque da Residência, a Feliz Lusitânia e a Estação das Docas, a única preocupação parece estar sendo a da legalidade — e uma legalidade estritamente formal, para mero resguardo de direito. Desde que o teto fixado pela lei para acréscimos de valor e prorrogação de prazos seja seguido, o mais é deixado de lado. Esse estado de espírito gera a irresponsabilidade, a falta de acuidade na aplicação do dinheiro público, na presunção de que um advogado sempre haverá de suprir as falhas, se elas seguirem a margem da lei.

No caso, não será imprevidência de quem orçou a reforma da Santa Casa (por certo justa e necessária) crescer um terço ao valor original? Um julgamento mais exato depende de saber quando a obra começou e quando foi aditada. Justamente para prevenir distorções e suprir boa informação, o TCE pode aduzir ao modelo essa informação: a data da assinatura do contrato original. Será possível, assim, distinguir melhor os gatos pardos dos pretos.

O Diário Oficial de 27 de maio publicou o quarto aditamento ao “contrato de prestação de serviços e publicidade” entre o Banco do Estado do Pará e a Griffó Comunicação e Jornalismo. O aditivo é para prorrogar o prazo de vencimento do contrato, que passa a ser novembro deste ano, e acrescentar-lhe mais um milhão de reais. Mas, contrariando a norma do TCE, não foi especificada a data do contrato original, nem o seu valor. Também não foram explicados os motivos do “aditamento de recursos financeiros”. A licitação para a contratação da Griffó foi efetuada com dispensa de licitação (por quê?). ●

Existência no limite

Junho foi o pior mês do ano para os donos de bancas de jornais e revistas de Belém e um dos piores de todos os tempos. Os encalhes variaram entre 40% e 50%. É um valor impressionante. Afeta sobretudo uma publicação que depende exclusivamente do seu leitor, como esta. Há cinco números o **Jornal Pessoal** opera no vermelho. Sem reserva de capital (na verdade, sem capital algum), não suportará esta situação por mais dois ou três números, simplesmente por não poder cobrir seus custos de produção.

A alternativa seria recorrer à publicidade, comprovada a impossibilidade de sobrevivência de um periódico apenas através da venda avulsa (em média, 80% da receita de um jornal origina-se da venda de anúncios). Mas lancei este jornal e o mantive até agora com o compromisso editorial de não acolher publicidade, medindo sua razão de ser pela resposta dos seus leitores (relativizada, é claro, pelas limitações promocionais e de divulgação deste **JP**). Prefiro encerrar a experiência a modificá-la neste aspecto. De outra forma, logo, na escala devida, estaria tendo que assumir a roupagem de uma empresa convencional, dividindo (quando nada, o tempo) entre escrever e arrecadar anúncios.

O preço de capa do jornal é, hoje, o mesmo de maio de 1995, quando retomou sua circulação. Mesmo para efeito de simples atualização monetária, deveria subir para três reais. Considerando-se que o poder de compra médio do brasileiro evoluiu abaixo da inflação do período, promover o reajuste acarretaria uma restrição de público ainda maior. Não mexer no preço de venda ao consumidor representa um supremo esforço para respeitar o empobrecimento do leitor, algo ignorado pelo governo e a grande imprensa.

Os principais jornais do país, pretextando razões técnicas de um processo universal para proporcionar uma melhor leitura de suas páginas, reduziram em 10% seu consumo de papel. A única e honrosa exceção foi a *Gazeta Mercantil*, que tenta recuperar o prejuízo com uma propaganda agressiva em torno das vantagens de ter mais espaço, desde o dia 6, comparativamente a todo o restante da grande imprensa nacional.

Depois de um recente reajuste de preços (que tornou *O Liberal* o mais caro

jornal diário do país e um dos mais caros do mundo, mesmo com a desvalorização cambial), a supressão de espaço, que estreitou o tamanho das páginas, é uma violação dos direitos do leitor enquanto consumidor. Mas é também um artifício engenhoso para segurar o preço de capa, pressionado por um custo real que não aparece nos índices do custo de vida.

Uma imprensa que apoiou sem critérios (ou por critérios não apresentados de público, extraídos da caixa registradora) a privatização à brasileira, que engendrou como um de seus produtos coerentes o "caladão" da semana passada, nem se preparou para cumprir as promessas feitas à opinião pública, nem a adotou com as cautelas da melhor imprensa internacional. Alguns jornais não fizeram a mudança no dia 6 por causa dessa imprevidência (ainda tinham estoque de papel antigo) e outros a adotaram com visível impropriedade técnica (a "mancha" impressa diminuiu, mas as margens continuaram grandes). Nenhum compensou o leitor, de fato e objetivamente, pela redução do espaço, senão através de retórica publicitária.

De minha parte, tento manter este jornal vivo e íntegro em sua originalidade. Mas quem vai dar a resposta final (e já a está dando) é o leitor. Dele, a única coisa que sempre pedi foi empenhar-se para difundir o jornal, apregoando-o a pessoas ao seu acesso ou comprando mais de um exemplar para apresentá-lo a quem o desconhece, já que a mídia deste publicação sempre foi quase nula. Essa pregação parece ser insuficiente para anular uma série de componentes de um imobilismo que tem raízes ainda mais fundas do que as deficiências e impropriedades evidentes desta publicação alternativa.

Se assim tem que ser, assim será. ●

Mensagem

A Vanguarda espalhou pela cidade *out-door* anunciando que sua propaganda realmente "atinge o alvo". Ilustrando a mensagem, um tanque dotado de 20 canhões. A peça dá oportunidade a algumas úteis reflexões.

Não existe o tanque que aparece no cartaz, com 20 canhões de diferentes calibres. Nem pode ser criado para o mundo das utilidades: é pouco volume para tanto impacto que o deslocamento com os disparos provocaria. Trata-se, é óbvio, de uso da fantasia para escorar a mensagem publicitária.

Jamais nos devemos despir da nossa fantasia, nem na maturidade. Mas fantasia tem seu momento e sua circunstância. No *out-door* ela foi usada abusivamente. Não tanto pela impossibilidade física do tanque, mas pelo seu sentido simbólico. Parecerá, a quem captar a mensagem literalmente, que a propaganda só surte efeito se for massiva, intensa. Entretanto, um artilheiro que acerta o tiro a partir de um tanque com um ou dois canhões é mais qualificado (e eficiente) do que outro que usa um tanque com 20 canhões.

Destacar esse aspecto não interessa. E não por motivo metafísico: é que a prefeitura de Belém, cuja conta mais rombuda está com a Vanguarda, manteve a diretriz da administração anterior (de Hélio Gueiros, através da Griffó Propaganda), recorrendo a propaganda massiva para "atingir o alvo". Logo, a agência não está tratando de sexo dos anjos quando introduz o tanque de 20 canhões no seu *out-door*. Busca a legitimidade remissiva, insinuando subliminarmente ao contribuinte municipal que essa é mesmo a melhor propaganda.

O PT que combatia Hélio Gueiros repete-lhe os erros, uma reedição (na escala das imitações) do traço de continuidade entre a propaganda Goebbels a serviço de Hitler e o que faziam os *proletkults* para Stalin. A propaganda oficial é tão necessária e útil quanto a privada.

Mas, quando serve ao culto da personalidade e a objetivos políticos individualizados, torna-se um mero instrumento de manipulação de massa. Por isso, sempre foi tratada com atenção (e verbas tão prolíficas quanto regulares) pelos ditadores de fato e os espíritos autoritários edulcorados. Não há exceção. Nem ao tucupi. ●

Agenda

Por enquanto, não haverá assinaturas para a Agenda Amazônica, publicação que pretendo lançar na segunda quinzena do próximo mês. É um empreendimento com uma alta dose de incertezas, que ainda vai testar a receptividade. A Agenda irá para as bancas de revista e será apresentada diretamente nos colégios e universidades. Reserva poderá ser feita para maiores quantidades. Basta ligar para 2417626 e 2237690.

Go home

A emissão da carteirinha de meia-entrada, sua principal receita, garante à UNE (União Nacional dos Estudantes) faturamento anual de 1,5 milhão de reais. Não é à toa que até nas entidades estudantis começaram a aparecer denúncias de corrupção. Os ideais começaram a sair mais cedo da vida pública brasileira.

Antídoto

Como cidadão, o médico Almir Gabriel tem todo direito à privacidade. Como governador do Estado, tudo da sua vida que interfira na administração pública precisa ser informado à sociedade (e à saciedade). Assim, desde que as especulações sobre sua saúde deixaram o circuito da boataria e alcançaram a forma impressa dos jornais (inclusive levemente numa coluna do ex-governador Hélio Gueiros, ao estilo dele), é obrigação do governo esclarecer o assunto.

O que é simples: basta o governador se submeter a uma perícia médica competente, que ele certamente recomendaria a um paciente se ainda estivesse exercendo sua profissão, e apresentar o resultado à opinião pública. Os cidadãos ficarão sabendo que sua excelência está bem e que vai continuar desempenhando suas funções, além de proporcionar alegria e bem-estar à sua família e aos seus amigos.

A verdade costuma ser o melhor antídoto contra as aves agourentas e espécimes similares.

Cabeça

O jornal *O Estado de S. Paulo* anunciou em manchete de página interna, numa reportagem sobre pesquisa arqueológica: "O crânio mais antigo da América é de Minas". Só faltou acrescentar: e comanda o governo do Estado.

Silêncio

Os assessores mais cínicos — supostamente os mais espertos — aconselham aos seus patrões a não reagir. A tática do silêncio, beneficiando-se da desmemória do povo, acaba por imo-

bilizar as campanhas de opinião. Fiel a essa diretriz, o governo do Estado nada diz sobre a inchação do seu gabinete (ver JP 213). E, ignorando, vai contratando mais assessores.

Até quando?

Liso

O segundo contrato para a Estação das Docas, datado de junho, é o 001 da Secretaria de Obras. Isso quer dizer que, só no final da semestre, ela está abrindo a primeira concorrência. Que não é para obra nova, evidentemente. O governo dá-se por satisfeito de continuar e finalizar o já iniciado. O saldo de caixa evaporou. Como o buquê era barato, nem o perfume ficou no ar.

Idesp

Acionado por Carmen Cal, me penitencio novamente: o projeto do prédio do Idesp é do arquiteto Jorge Derenji e não de Paulo Chaves Fernandes. "Fora a funcionalidade, o caracol em granito preto (ou quase) com parece em chapisco de concreto vermelho é o máximo. Marca registrada de pessoas de bom gosto", observa Carmen. Tem razão. Embora talvez haja concreto em demais para espaços tão diminutos, a meu gosto.

O prédio, de qualquer maneira, tem uma marca. Será que ela subsistirá com a reforma que vai preparar o local para os sete secretários especiais? A maior qualidade

do projeto de Derenji é combinar o uso oficial do lugar com um tom de informalidade e de descontração das linhas arquitetônicas. Favorecia a atividade de um órgão cuja principal matéria-prima eram as idéias. Elas também serão trabalhadas pelos novos mandarinados do governo?

Aliás, a administração estadual quis economizar dinheiro à maneira do prefeito Edmilson Rodrigues. O contrato para a obra era, originalmente, de 100 mil reais. Um aditivo já elevou o valor ao máximo permitido para obras de reforma, que é de 50%. Mas a finalização está desafiando esses parâmetros.

Teremos uma mini-Estação das Docas?

Contas

Se o balanço é o espelho contábil de uma empresa, o balanço da Delta Publicidade, empresa que edita o jornal *O Liberal*, tem alguma distorção. Uma corporação tão poderosa, poder que não se reflete integralmente nem mesmo no seu faturamento anual declarado (de 30 milhões de reais), possui como capital social inexpressivos R\$ 685 mil. O demonstrativo das contas da Delta, publicado no *Diário Oficial* do dia 1º, não faz jus à imagem que ela própria projeta para si. Para apreciadores de boas demonstrações, é uma decepção. De impressionar, mesmo, apenas a rubrica "débitos de pessoas ligadas", engastada ao passivo: essa conta evoluiu de R\$ 9,9 milhões para R\$ 13,6 milhões, duas vezes e meia mais do que o patrimônio líquido da empresa.

Aviso

Nada tenho de pessoal contra Paulo Chaves Fernandes. Ele é uma pessoa inteligente e agradável, com quem compensa conversar. O que não compensa é dar-lhe um cargo público. Quando terminar esse descompasso, talvez possamos usufruir das imprevisíveis circunstâncias que nos permitem bater um bom papo. Até lá, espero que nossas divergências continuem fidalgais.

Anacronismo

Recentemente a Cosipar (Companhia Siderúrgica do Pará), instalada em Marabá, conseguiu da Sectam (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado) licenças de operação para que 141 fornos do tipo "rabo quente" possam produzir 2.774 metros cúbicos mensais de carvão vegetal, usado pela empresa como redutor de ferro gusa. Como o prazo de validade das licenças vai até fevereiro do próximo ano, desses fornos sairão, nesse período, quase 30 mil toneladas de carvão vegetal.

Uma outra licença de operação a Cosipar recebeu para desdobrar e serrar 30 metros cúbicos diários de madeira em toras, provavelmente para utilizar como matéria-prima do carvão vegetal. Pode não haver uma relação entre as duas ordens de grandeza, mas examiná-las num mesmo documento sugere uma desproporção entre a quantidade de carvão e o insumo obtido sem o desmatamento de áreas novas. E à conclusão de que atividade produtiva de baixíssimo valor agregado continua se mantendo por seu elevadíssimo custo ambiental. Moral sujeita a um ou outro envernizamento explicativo, mas, na essência, pouco edificante.

A Charles Dickens, se ressuscitasse na Amazônia, o que não faltaria seria inspiração para rescrever, aqui, os romances pungentes com os quais registrou o nascimento cruel do capitalismo na Inglaterra. Seria um Dickens de *hinterland*. Contemporâneo da primeira época em que veio o mundo, mesmo passados dois séculos. É o tempo real da Amazônia em algumas das suas principais frentes econômicas.

Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto

Sede: Passagem Bolonha, 60-B • 053-040

Fones: 223-1929 (fone-fax) e 241-7626 (fax)

Contato: Tv. Benjamin Constant 845/203/66.053-040

Fone: 223-7690 • e-mail: jornal@amazon.com.br

Edição de Arte: Luiz Antonio de Faria Pinto/230-1304